

## SEPARAÇÃO JUDICIAL NÃO CONSENSUAL

### AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosa e respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Requerente e requerido são casados pelo regime de comunhão universal de bens desde .... de .... de ....., conforme documento em anexo (doc. 02); Da união resultou o nascimento de duas filhas, ambas, atualmente, maiores e capazes; O casal encontra-se separado de fato há mais de 2 (dois) anos, quando o cônjuge varão afastou-se do lar, indo morar em local diverso da residência familiar e infringindo o dever de coabitação comum que rege o casamento, conforme se demonstrará com documentação anexa (doc. ....) e prova testemunhal posterior, o que autoriza o divórcio direto do casal, de acordo com o art. 40, da Lei nº 6.515/77; Desde a separação fática, várias tentativas de regularização judicial amigável da situação foram feitas, até mesmo perante mediadores e advogados, tendo ainda sido proposta ação de divórcio direto consensual (distribuição nº ..... -.....<sup>a</sup> Vara de Família), a qual o cônjuge varão então se negou a ratificar; Tudo ocorre porque o ora requerido em nenhum momento chegou ao consenso de que lhe cabe 50% (cinquenta por cento) do patrimônio pertencente ao casal, e não mais que isso, conforme o regime matrimonial a que estão submetidos. Em verdade, se ilude achando que conseguiu construir um patrimônio muito maior do que o realmente existente, e vive fazendo propostas que possam deixá-lo em confortável situação. Além das diversas tentativas de obter vantagem através da divisão dos poucos bens que o casal conquistou, o cônjuge varão acredita, ou faz que acredita, que a empresa ..... (documentação anexa), da qual a genitora da requerente é proprietária de 50% e na qual o cônjuge varão possui 1% de participação, vale muito mais do que já foi a ele demonstrado. Assim, apesar de todas as demonstrações, até mesmo através de avaliação da empresa em questão, o cônjuge varão insiste em dizer que da empresa não quer nada, ao mesmo tempo em que afirma que não dá o divórcio se a ele não lhe for garantida parte favorável, a qual deve ser em dinheiro, pois a mera inclusão na sociedade, com a porcentagem que lhe cabe, não basta. Assim sendo, diante da negativa do cônjuge varão em conceder o divórcio amigavelmente, em razão de pretender divisão de bens diversa da estabelecida por lei, com o intuito de ficar com parte maior do que os 50% (cinquenta por cento) que lhe cabem, propõe-se o presente divórcio direto litigioso, uma vez já ter se passado o lapso temporal necessário a tanto e estarem presentes os requisitos que o autorizam, para desta forma ser regularizada a situação judicialmente, e feita a divisão dos bens legalmente, sem mais discussões, ficando livres ambos os cônjuges dos deveres do casamento a que estão submetidos; Apresenta-se para tanto a relação dos bens pertencentes ao casal em questão e suas respectivas situações: - IMÓVEL - casa nº..... do Condomínio Residencial ....., situado em ....., nesta cidade, com área construída privativa no pavimento térreo com 219,6 m<sup>2</sup> ; área construída privativa total com 219,6 m<sup>2</sup>; área de terreno ocupada pela construção com 219,6 m<sup>2</sup>; área de terreno privativo total com 412,37 m<sup>2</sup>; área de terreno de uso comum (rua interna de acesso e calçadas) com 84,6259 m<sup>2</sup>; área total de terreno e quota com 496,9959 m<sup>2</sup>. Fração ideal do solo de 0,281664. A casa nº ..... é a primeira do

condomínio, fazendo frente para a Rua ....., e tem numeração ..... desta rua. O referido condomínio acha-se construído sobre o lote de terreno denominado "B", resultante da subdivisão do terreno com a área de 2.400,00 m<sup>2</sup>, situada no Distrito de .....,